

O PAPEL POLÍTICO DO EDUCADOR: GRAMSCI E ADORNO

THE POLITICAL ROLE OF THE EDUCATOR: GRAMSCI AND ADORNO

Fátima Maria Nobre Lopes¹
Adauto Lopes da Silva Filho²

RESUMO

O presente artigo objetiva demonstrar, a partir das posições de Gramsci e de Adorno, a importância do papel político do educador para o fortalecimento de um novo bloco histórico e para a formação do pensamento crítico, reflexivo, esclarecido e autônomo dos indivíduos, contribuindo para descortinar a realidade aparente e para a geração de um novo mundo social. Nesse sentido, fica claro que a prática do educador não pode ser neutra diante da realidade educacional e social, pois o trabalho pedagógico é essencialmente político tenha ou não o educador consciência disso. Portanto, a formação da consciência esclarecida e autônoma não é espontânea, nem natural, e sim exige o auxílio de elementos externos cuja mediação central se dá pela educação, daí a especificidade do papel político do educador.

Palavras-Chave: Educador – Esclarecimento - Bloco Histórico – Emancipação.

ABSTRACT

This article intends to demonstrate, based on Gramsci and Adorno's thoughts, the importance of the political role of the educator to the strengthening of a new historical bloc and to the formation of the individuals' critical, reflexive, clarified and autonomous thinking. This contributes to uncover the illusory reality and to generate a new social world. Therefore, it becomes clear that the educator practice cannot be neutral in face of the social and educational reality, since the pedagogical work is essentially political even if the educator is aware – or not – of this fact. So, the formation of an autonomous and clarified conscience is not spontaneous, neither natural; it demands the help of external elements which central mediation happens through education. Here lies the specificity of the political role of the educator.

Keywords: Educator – Clarification – Historical Bloc – Emancipation.

CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DO PAPEL POLÍTICO DO EDUCADOR

As diversas teorias expostas sobre a educação e o papel político do educador levam sempre à concepção de que os processos educacionais estão vinculados aos processos de criação e de transmissão de ideologias. Na base dessas ideologias estão vinculadas algumas posições acerca da educação, concebendo-a como redentora da humanidade e necessária à ordem social (Durkheim); como reprodutora das desigualdades (Althusser); e ainda como transformadora da sociedade (Gramsci e Adorno). É nessa última posição que se insere o papel político do educador. Ele deve veicular o seu ato educativo ao ato político. Aqui entra a sua inserção na prática social no sentido tomado por Marx ao considerar que a educação é um momento da práxis social.

A partir dessas considerações destacamos aqui as posições de Gramsci e de Adorno que, dentre outros pensadores, admitem que a educação seja fator de reprodução das desigualdades sociais, porém, por outro lado, acreditam na sua potencialidade de mediação para a transformação da sociedade. Apesar de algumas diferenças em suas teorias eles são unânimes na defesa do papel político e crítico da educação considerando que não se pode desvincular o ato político do ato pedagógico. É nesse sentido que se pode afirmar que a prática do educador não é neutra, pois o trabalho pedagógico é essencialmente político tenha ou não o educador consciência disso. Vejamos como Gramsci e Adorno tematizam essa questão.

O PAPEL POLÍTICO DO EDUCADOR NA CONCEPÇÃO DE GRAMSCI

Situado na esteira da filosofia político-social marxiana o pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937) destaca-se no cenário contemporâneo no que concerne à importância da educação e do papel político do educador para a sociedade nos seus aspectos não somente culturais, mas também ideológicos, políticos e econômicos, ou seja, a educação e o papel político do educador têm grande peso na formação e consolidação do bloco histórico de uma nação.

O bloco histórico é designado por Gramsci como sendo uma determinada situação histórica na vida dos homens, constituída de uma estrutura social relativa às forças produtivas e de uma superestrutura ideológica e política. Diz Gramsci (1989a) “A estrutura e as superestruturas formam um bloco histórico, isto é, o conjunto complexo... das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (p. 52). Gramsci trata aqui da intrínseca relação dialética entre estrutura e superestrutura. Ele comenta que a posição de Marx segundo a qual uma persuasão popular tem, na maioria dos casos, a mesma energia de uma força material “conduz ao fortalecimento da concepção de bloco histórico, no qual justamente as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma...” (Gramsci, idem p. 63).

É nessa relação dialética entre estrutura e superestrutura que se insere o papel político do educador. Para Gramsci, existe um bloco histórico sob o domínio burguês através do qual essa classe dirigente faz passar os seus interesses e visão de mundo como sendo universais do corpo social como um todo. Portanto, a aceitação de um bloco histórico, ou seja, a coesão social, fundada na aceitação do poder de um grupo dominante, se dá através do consenso e da coerção cujo instrumento repassador é o Estado. Luna Mochcovitch (1990) comenta que “o Estado para Gramsci é o conjunto dos órgãos por meio dos quais a hegemonia e a coerção da classe dominante (...) são exercidos sobre as classes subalternas da sociedade”. (p. 43). A coerção e a hegemonia são exercidas respectivamente pelo Estado Político e pelo Estado Civil. É neste último que se insere a educação e o papel do educador que podem atuar como manutenção e reprodução do poder dominante ou pode contribuir para a formação de um novo bloco histórico, isto é, para a transformação da sociedade. Temos aqui a novidade de Gramsci em relação à teoria de Marx. Severino (1986) comenta que Gramsci “é praticamente o primeiro pensador a articular, numa totalidade de sentido, as dimensões econômicas e as dimensões culturais da existência da sociedade, incluindo a educação...” (p. 41).

Tal novidade compreende a teoria ampliada do Estado tematizada por Gramsci. Para ele, a relação entre estrutura e superestrutura não é mecânica e

sim dialética³. Nesse sentido, tanto para Marx como para Gramsci, as relações de produção é o fator ontologicamente primário na explicação da história dos homens. No entanto Gramsci divide o Estado em *Estado Civil* ou *Sociedade Civil* (que para Marx é apenas estrutural e para Gramsci é superestrutural) e *Estado Político* ou *Sociedade Política*. Gramsci afasta o econômico da Sociedade Civil e, assim como Hegel, dá ênfase às instituições⁴. Em suma, para Gramsci, o *Estado no sentido amplo* compreende as duas esferas: o *Estado no sentido restrito* através do qual a classe dominante exerce primariamente a força e a coerção, e secundariamente a hegemonia; e a *Sociedade Civil* através da qual exerce primariamente a direção e o consenso, e secundariamente a força e a coerção.

Essas duas esferas servem para conservar ou transformar uma determinada formação econômico-social. Porém é na Sociedade Civil que a classe dominante, através da sua ideologia, exerce a direção intelectual e moral da sociedade. Em última instância trata-se de uma *hegemonia revestida de coerção*. Essa hegemonia ocorre via instituições como a igreja, a cultura, a justiça e, principalmente, a *escola*. Porém se é na Sociedade Civil que ocorre o poder ideologicamente dominante sobre o corpo social, também é nela que se pode construir uma contra-hegemonia. É aqui que se destaca a escola e o papel político do educador que poderão contribuir fortemente para essa contra-hegemonia através da elevação cultural das massas, constituída pelos intelectuais orgânicos. E isso não é apenas privilégio de alguns. Para Gramsci, intelectuais orgânicos são todos aqueles que difundem uma nova concepção de mundo. Nesse sentido, todo homem desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, todo homem “é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha de consciência moral, contribui assim para manter ou para *modificar* uma concepção de mundo, isto é, para promover *novas maneiras de pensar*” (Gramsci, 1989b, p. 07 e 08. O grifo é nosso).

Gramsci defende que a compreensão das classes subalternas de si mesmas é o primeiro passo. Daí a necessidade da crítica ao senso comum por meio do trabalho *filosófico e político do educador*. Ele poderá contribuir para a formação “de uma nova cultura e de uma nova filosofia, que radiquem na

consciência popular com a mesma solidez e imperatividade das crenças tradicionais” (Gramsci, idem, p. 148).

Em que pese a posição reprodutivista da educação, a indução histórica não exaure as potencialidades da educação para a transformação social, pois, segundo Gramsci, como a classe dominante não pode apelar somente para a repressão, mas também para a ideologia (de democracia, igualdade, liberdade, etc.), ela abre espaços para as classes subalternas, permitindo assim, a geração de novas concepções de mundo. Dessa forma, a educação ganha um grande significado estratégico na luta contra a ideologia dominante.

Partindo desses pressupostos, o papel político do educador, para Gramsci, consiste no fato do professor transmitir não apenas conhecimentos, mas preparar intelectualmente o aluno para a formação consciente de um novo mundo. Portanto,

o nexó instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que é mestre consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representada pelos alunos, sendo também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e em disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior” (Gramsci, 1989b, p. 131).

A escola moderna não realizou esse intento, ao contrário desenvolveu um espontaneísmo gerando uma pedagogia mecanicista e idealista⁵. É preciso, portanto, a geração de uma escola única que, segundo Gramsci, além de unir trabalho intelectual e trabalho manual, proporcionando uma formação humanista, “tem ainda esta vantagem: a de colocar o menino em contato, ao mesmo tempo com a história humana e com a história das ‘coisas’, sob o controle de professor” (Gramsci, idem, p. 142).

Concluindo, vale destacar que, para Gramsci, a reforma intelectual e moral da sociedade não tem início somente depois de modificada as condições da estrutura econômica, ao contrário, ela desagrega o bloco histórico burguês justamente com o amadurecimento da nova visão de mundo, com a formação do senso crítico, com a tomada de consciência. Essa formação não é espontânea,

nem natural, e sim exige o auxílio de elementos externos, daí a especificidade do papel político do educador.

O PAPEL POLÍTICO DO EDUCADOR NA CONCEPÇÃO DE ADORNO

Adorno (1903-1969) é um dos grandes representantes da Escola de Frankfurt cujo objetivo central é desenvolver uma *Teoria Crítica* da sociedade na tentativa de repensar o significado da dominação e da reconstrução da emancipação humana. Como ponto de partida, assim como a teoria de Gramsci, também a teoria crítica apóia-se no marxismo e nos oferece grandes contribuições para a visão crítica e dialética do processo educativo.

Baseada no materialismo histórico, a teoria crítica direcionou-se para a análise da estrutura e superestrutura da sociedade burguesa a partir da qual se gerou uma razão instrumental fazendo fracassar os ideais do iluminismo de liberdade, autonomia e racionalidade, provocando uma alienação generalizada entre os homens. Daí a necessidade da conscientização e da desvelação do sistema capitalista que oculta e mascara as contradições sociais, a exploração e a desumanização provocadas por ele.

Comungando com a idéia da necessidade do pensamento crítico para uma educação emancipatória, Adorno defende que o papel político do educador, a partir do qual se forma o pensamento crítico e reflexivo, poderá contribuir para descortinar a realidade aparente e para a geração de um novo mundo social. Referindo-se à posição dos professores, nesse sentido, ele comenta que se estes não procuram compreender os fatos atrás dos quais os homens se refugiam, percebendo as categorias sociais de forma isolada e hipostasiada “é precisamente o *elemento crítico* que falta a esse pensamento aparentemente independente...” (Adorno, 1995, p.58. O grifo é nosso).

Adorno destaca a importância do pensamento crítico cuja mediação central se dá pela educação. Para ele, se não sabemos ainda quais as características de uma sociedade perfeita, podemos, por outro lado, identificar a barbárie da sociedade atual para podermos transformá-la. Portanto, uma das

metas centrais da educação é impedir a barbárie que paradoxalmente encontra-se na civilização, ou seja, a civilização origina e fortalece a incivilização, daí a ameaça à regressão, à barbárie extrema como foi o caso do nazismo, por exemplo. Por isso ele diz que “*o centro de toda educação política* deveria ser que Auschwitz não se repita”, para isso, “seria preciso tratar criticamente um conceito tão respeitável como o da razão de Estado...” (Adorno, idem. p. 137. O grifo é nosso). Nesse sentido, a educação transcende o seu campo de instrução e deve proporcionar a formação de indivíduos capazes de compreender a sua situação sócio-histórica.

Apesar de predominar uma razão instrumental, tecnológica em nossa sociedade atual, Adorno acredita na possibilidade de uma educação para a emancipação por meio do pensamento crítico-reflexivo. Para ele a desbarbarização da humanidade é o pressuposto da sua sobrevivência. “A ela deve servir a escola, por limitado que seja o âmbito de suas possibilidades” (Adorno, idem, p. 176). Por isso a escola tem que ser formativa, uma vez que ela “tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica” (Adorno, idem, p.121). É essa a missão maior da educação do ponto de vista dialético e político.

Para Adorno a figura do professor nessa missão é central. É preciso que desempenhe o seu *papel político*, é preciso que ele saiba analisar a sua função e tenha um amplo conhecimento da situação social e educacional, libertando-se de tabus, dogmas e acomodações, pois “quem deseja educar para a democracia precisa esclarecer com muita precisão as debilidades da mesma” (Adorno, idem, p. 144).

Inserir-se ainda, no papel político do educador, o esclarecimento sobre a fetichização da técnica e o resgate da capacidade de amar entre os homens, pois os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo um fim em si mesmo, nesse sentido ela torna-se fetichizada “porque os verdadeiros fins – uma vida humana digna – encontram-se encobertos e desconectados das pessoas” (Adorno, idem, p. 132 e 133). Isso levou as pessoas à incapacidade de amar e gerou nelas a frieza. Adorno comenta que se as pessoas “não fossem

profundamente indiferentes em relação ao que acontece com todas as outras... então Auschwitz não teria sido possível” (Adorno, idem, p. 134).

O cristianismo tentou pregar o amor e apagar a frieza, porém fracassou porque não mexeu com a ordem social que produz e reproduz a frieza. Por isso faz-se necessário a atuação da educação. Nessa questão do amor o seu primeiro passo seria ajudar a frieza a adquirir consciência de si própria, das razões pelas quais foi gerada. Adorno comenta que “crianças que não suspeitam nada da crueldade e da dureza da vida acabam por ser particularmente expostas à barbárie depois que deixam de ser protegidas” (Adorno, idem, p. 135). Daí a necessidade do conhecimento dos mecanismos da sociedade; da mesma forma também é necessário o conhecimento da defesa estereotipada, que bloqueia tal consciência. O esclarecimento sobre a barbárie como Auschwitz, por exemplo, é muito necessário, pois “amanhã pode ser a vez de outro grupo que não os judeus” (Adorno, idem, p. 136).

A título de exemplo, cita os assassinos de gabinete que agem em contradição aos seus próprios interesses imediatos, “são assassinos de si mesmos, na medida em que assassinam os outros” (Adorno, idem, p. 137). Há ainda pessoas que se enquadram *cegamente* no coletivo, fazendo de si mesmas objetos materiais, anulando-se como sujeito transformador.

A função de uma educação política e crítica é lutar contra esse estado de coisas. Para Adorno, a conscientização, o esclarecimento e a autonomia são a negação do caráter repressivo e unilateral da sociedade tecnológica. Tomando a posição de Kant ele afirma que “esclarecimento é a saída dos homens de sua auto-incupável minoridade” (Idem, p. 169). Os homens devem se emancipar, fazendo um uso efetivo da própria razão. O educador deve exercer o seu papel político para esse alcance.

O nosso autor reconhece que as possibilidades de uma educação esclarecida e emancipatória são limitadas. Porém, apesar das suas limitações, ela tem possibilidades para ser agente de transformação. Não acreditar nessa possibilidade é cair no pessimismo e no descrédito, por isso há esperança e é preciso força para lutar. Segundo ele:

O phatos da escola hoje, a sua seriedade moral, está em que, no âmbito do existente, somente ela pode apontar para desbarbarização da humanidade, na medida em que se conscientiza disto... Por isto, apesar de todos os argumentos em contrário no plano das teorias sociais, é tão importante do ponto de vista da sociedade que a escola cumpra sua função (Adorno, idem, p. 117).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que as considerações de Gramsci e de Adorno são bastante atuais. Hoje, mais do que no seu tempo, a educação precisa ser crítica e desveladora da realidade, pois apesar de se defender que estamos vivendo a “sociedade do conhecimento”, paradoxalmente a grande maioria dos alunos terminam os seus cursos sem ter um conhecimento adequado dos pressupostos das ciências, dos condicionamentos sociais e políticos da sua sociedade.

A ênfase nos métodos e técnicas de ensino tomou o lugar da formação crítica quer seja do aluno, quer seja do próprio professor em suas diversas formações e capacitações. Acompanha nesse predomínio o espontaneísmo e a falta de compromisso também de uma grande parte dos professores, levando-os, como diz Ildeu Coelho (1989) “a um populismo ingênuo, encoberto por uma falsa defesa de liberdade e de criatividade do indivíduo e da igualdade entre professores e alunos” (p. 46).

A consequência disso é que as chamadas pedagogias progressistas e contemporâneas tendem para uma visão tecnicista da educação e a uma psicologização da atividade escolar, retirando dela o seu caráter ético, político e formativo.

Por isso estamos necessitando de uma educação defendida por Gramsci e Adorno, ou seja, uma educação que seja crítica e emancipatória, que permita ao aluno saber compreender, analisar e interpretar as questões e os problemas da sua existência e da realidade social e, assim, poder contribuir para a sua transformação. É para essa educação que se torna necessário o papel político do educador.

REFERENCIAS

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação** (entrevistas e ensaios). Tradução de Wolfgang Leo Maar, São Paulo: Paz e Terra, 1995.

COELHO, Ildu Moreira. “A Questão Política do Trabalho Pedagógico”, IN: **Educador: Vida e Morte**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 31 a 49.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação - Um estudo introdutório**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989a.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989b.

MOCHCOVITCH, Luna. **Gramsci e a Escola**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-Ideologia**. 1ª ed. São Paulo: EPU, 1986.

¹ Graduada em Serviço Social e em Filosofia, Mestre em Filosofia, Doutora em Educação. Atualmente é Professora Adjunta III de Filosofia e de Educação, lotada no Departamento de Fundamentos da Educação, membro do LABOR – Laboratório de Estudo do Trabalho e Qualificação Profissional, vinculado a Linha de Pesquisa Filosofia e Sociologia da Educação – FILOS, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: fatimanobre@ufc.br

² Graduado e Mestre em Filosofia, Doutor em Educação. Atualmente é Professor Adjunto III de Filosofia e de Educação, lotado no Cariri, membro do LABOR – Laboratório de Estudo do Trabalho e Qualificação Profissional, vinculado a Linha de Pesquisa Filosofia e Sociologia da Educação – FILOS, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: adautosf@superig.com.br

³ Gadotti (1995) comenta que para Gramsci a estrutura e a superestrutura formam um *bloco histórico*, “cujo conteúdo é econômico-social e cuja forma é ético-política” (p. 65).

⁴ Apesar de Gramsci se inspirar em Hegel na sua concepção de Sociedade Civil colocando-a na superestrutura, ele, assim como Marx, considera a Sociedade Civil (e não o Estado como em Hegel) como o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico. De modo que “em Marx, esse momento ativo e positivo é estrutural, enquanto em Gramsci é superestrutural” (Luna Mochoivitch, 1990, p. 30).

⁵ Sobre esse ponto ver a crítica que Gramsci exerce acerca da teoria de Rousseau (Gramsci, 1989b, p.141 e 142).

RECEBIDO EM: outubro/2013

APROVADO EM: novembro/2013